

Gerência de Elementos Artísticos em ritmo acelerado para restauração de peças sacras

página 09



Fotos: Lúcia Sebe/ Secom MG

Imagens de Nossa Senhora do Rosário, de Berilo; São Pedro, de Minas Novas; Senhor dos Passos, de Santos Dumont; Nossa Senhora do Rosário, de Itapecerica; São Benedito, de Berilo e Santana Mestreira, de Couto de Magalhães



PEQUENOS OLHARES
SOBRE O PATRIMÔNIO

Você conhece?



Confira na página 08

Entrevista: Coordenador da Promotoria de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico de Minas fala dos desafios para preservação

páginas 06 e 07



Foiro volta à Capela Bom Senhor Jesus do Matozinhos, de Couto Magalhães

página 05

**Impresso
Especial**

7397091256-DR/MG
IEPHA/MG

...CORREIOS...

Editorial

Mais um ano de ações visando a preservação de nosso patrimônio cultural

Esperamos que 2010 seja mais um ano em que possamos realizar ações conjuntas que contribuam para a preservação do patrimônio cultural mineiro. Em 2009, o Iepha participou de encontros e seminários com esse objetivo, e diversas instituições realizaram eventos que ajudaram na difusão do conhecimento e na busca de consolidar a atuação integrada entre instituições públicas e sociedade civil. A participação de diferentes segmentos na Jornada Mineira do Patrimônio Cultural mostra o crescente engajamento da sociedade em prol da preservação de nosso patrimônio.

O entrevistado deste mês é o promotor Marcos Paulo de Souza Miranda, coordenador da Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico, que desenvolve, desde 2005, eficaz trabalho na preservação do patrimônio cultural mineiro. São ações reconhecidas pelos diversos parceiros e a sociedade, inclusive com o Prêmio Rodrigo Melo Franco Andrade 2009, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis, atribuído pelo Iphan.

Outros artigos que divulgam e promovem o nosso patrimônio estão presentes nesta edição.

2010 começa com muito trabalho no ateliê da Gerência de Elementos Artísticos (GEA). Dentro do Programa de Restauração de Acervos, que visa resguardar peças relevantes para as comunidades às quais pertencem, dez imagens sacras estão sendo restauradas.

Ganha destaque a restauração do forro decorativo da Capela Bom Senhor Jesus de Matozinhos, que foi desmontado em 1987. Graças ao empenho do diretor de Conservação e Restauração, arquiteto Renato César, o Instituto viabilizou recursos que permitiram a sua restauração e reinstalação em dezembro de 2009.

O tombamento do Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa-Sede da Fazenda Pé-do-Morro, em Ouro Branco, efetuado em dezembro de 2009, pelo Conselho Estadual do Patrimônio Cultural, é pontuado com um histórico da fazenda e da restauração de suas edificações, pela diretora de Proteção e Memória, Vera Chacham.

A destinação de bens culturais tombados para novos usos é apresentada e possibilita uma reflexão sobre as diferentes maneiras de fruição de um bem cultural e sua inserção na vida cotidiana, estimulando uma maior interação com a comunidade.

O texto de Maria Elisa Castellanos Solá, *Cultura como um direito fundamental*, mostra a necessidade de um claro entendimento de que a cultura é fundamento para a compreensão do Patrimônio Cultural. A iconografia apresentada é a de São Sebastião, um dos santos mais populares, e padroeiro de diversos municípios brasileiros.

Um bom ano a todos.

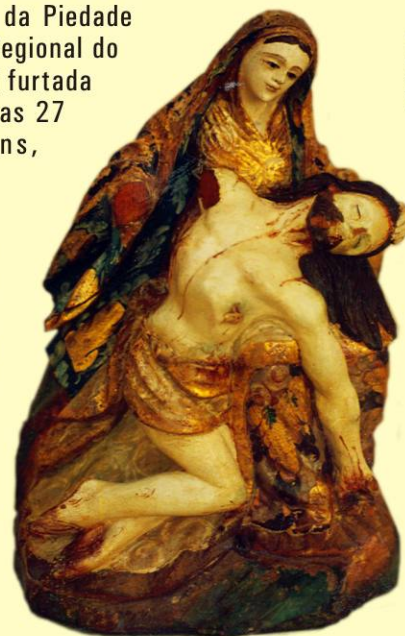
Carlos Roberto Noronha
Presidente

Peças Desaparecidas

A imagem de Nossa Senhora da Piedade pertence ao acervo do Museu Regional do Sul de Minas, em Campanha. Foi furtada em 1994, juntamente com outras 27 peças, entre elas, imagens, oratórios e alfaias.

A escultura, em vulto quadrangular, representa Nossa Senhora e o Cristo morto. Feita em madeira, mede 17,5 cm de largura, 27 cm de altura e 13 cm de profundidade.

Informações pelo telefone (31) 3235-2800 ou pelo faleconosco no site do Iepha/MG.



Divulgação

Expediente

GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Governador: Aécio Neves

Vice-governador: Antônio Augusto Anastasia

SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA

Secretário: Paulo Brant

Secretário adjunto: Estevão Fiuza

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS

Presidente: Carlos Roberto Noronha

Vice-presidente: Maria Marta Martins de Araújo

Chefe de Gabinete: Mariana Márcia Custódio

Diretor de Conservação e Restauração: Renato César J. de Souza

Diretora de Planejamento, Gestão e Finanças: Mônica S. Grosso Avelino

Diretora de Proteção e Memória: Vera Chacham

Diretor de Promoção: Carlos Henrique Rangel

BEM INFORMADO - INFORMATIVO DO IEPHA/MG

Edição: Beatriz Teixeira de Salles (MG 03802JP)

Textos: Érika Santos (MG 012987JP), Ludymila Toledo (MG 11656JP), Sandra Ribeiro Araújo (MG 4577)

Diagramação: Daniella Melo Jardim

Fotos: Izabel Chumbinho

Impressão em papel Reciclado 90g/m² - Tiragem: 2.600 exemplares - Periodicidade: mensal

Impressão e acabamento: Rona Editora



Praça da Liberdade, s/nº - 4º andar | CEP: 30140-010 Belo Horizonte - MG

Tel: 31 3235.2800 | Fax: 31 3235.2858 | www.iepha.mg.gov.br

Envie sua sugestão para: jornal@iepha.mg.gov.br

Novos usos para prédios tombados

Um prédio tombado guarda um bocado da história da época de sua construção. Com o passar dos anos, muitas vezes, seu espaço não serve mais ao uso para o qual foi construído. Às vezes, para se adaptar aos novos tempos ou mesmo para homenagear algum ilustre ex-morador, estas edificações ganham nova função.

Este é o caso do Memorial Arthur Bernardes, mais conhecido como Casa de Arthur Bernardes, em Viçosa. Tombada pelo Iepha em 1989 e adquirida pela Universidade Federal de Viçosa em 1995, a edificação foi construída para ser residência de férias para o então presidente Arthur da Silva Bernardes (1922/26). Hoje transformado em museu, o espaço abriga eventos artísticos e culturais.

Inaugurada em 1931 para abrigar a terceira sede do Banco de Crédito Real (criado em 1888 por decreto D. Pedro II), a construção localizada na Avenida Getúlio Vargas, esquina com a Rua Halfeld, em Juiz de Fora, hoje abriga o Museu do Banco do Crédito Real de Minas Gerais e outras oito instituições. O banco foi estatizado, em 1913 e, em 1997, as 86 agências do Crédito Real acabaram sendo absorvidas pelo Banco de Crédito Nacional (BCN) e depois pelo Banco Bradesco.

O museu foi inaugurado em 1964, com a função de preservar os documentos históricos reunidos desde a fundação do banco e se tornou o sexto do mundo destinado à preservação da memória monetária e bancária. É ponto de referência para quem deseja estudar a história econômica e financeira de Juiz de Fora, de Minas Gerais e do Brasil, além de contar com informações sobre operações bancárias do período compreendido entre 1889 e 1998. O acervo do museu e o edifício foram tombados pelo Iepha em março de 2005.

Em Barbacena, no antigo prédio da primeira Cadeia Pública, tombado pelo Iepha em 1983, funciona hoje a Casa da Cultura, que abriga a Biblioteca Pública Municipal e o Conservatório Municipal. Construção da época colonial, na década de 1980 passou por muitas reformas, o que adulterou significativamente sua arquitetura original. Até 1953 funcionou como espaço prisional e, no ano seguinte, tornou-se sede da Escola Normal do município. Entre 1957 e 1980, sediou a Faculdade de Odontologia de Barbacena. O edifício também já abrigou o primeiro quartel do século XIX e serviu de casa de detenção dos revoltosos da histórica "Revolução Liberal", em 1842.

| Na capital

Em Belo Horizonte, a Praça da Liberdade vai deixar de ser o centro da administração do Governo de Minas para passar a ser um dos maiores complexos integrados de cultura, ciência e lazer do país. O Circuito Cultural Praça da Liberdade, que está sendo implantado pelo Governo, por meio da Secretaria de Estado de Cultura, e desenvolvido em parceria com a iniciativa privada e com entidade pública, restaura e dá novos usos aos prédios públicos que circundam a Praça. Eles serão transformados em um riquíssimo conjunto de cultura e informação, composto de acervos históricos, artísticos e temáticos; centros culturais interativos; biblioteca e espaços para oficinas, cursos e ateliês abertos; além de planetário, cafeterias, restaurantes e lojas.

O Circuito Cultural será formado pelo Palácio da Liberdade e os seguintes equipamentos culturais: Planeta TIM UFMG; Museu das Minas e do Metal; Memorial de Minas Gerais Vale; Centro de Arte Popular Cemig; Centro Cultural Banco do Brasil; e o café, que está sendo construído entre o Museu Mineiro e o Arquivo Público Mineiro.

A Biblioteca Pública Estadual Luiz de Bessa, o Arquivo Público Mineiro e o Museu Mineiro, já implantados e em pleno funcionamento, também são integrantes do projeto.



▲ Prédio construído para abrigar banco transformou-se no Museu do Crédito Real, em Juiz de Fora

Depois de restauração, prédio histórico abriga nova UAI

Foi inaugurada no dia 12 de janeiro, a nova Unidade de Atendimento Integrado (UAI), que ocupa o imóvel na Praça Sete, no Centro de BH. A edificação, tombada pelo Iepha desde 1988, passou por um completo trabalho de restauração sob o comando do Instituto, desde o projeto arquitetônico até a execução e acompanhamento das obras.

Construído em 1922 para sediar, originalmente, o antigo Banco Hipotecário e Agrícola, ficou mais conhecido por ter sediado o Banco do Estado de Minas Gerais (Bemge), entre 1967 e 1998.

O projeto, do arquiteto e escultor Luigi Olivieri, é marcado pelos padrões da arquitetura eclética. Parte dos materiais usados na obra e os elementos decorativos foram trazidos da Europa. Em 1941, o edifício sofreu uma grande reforma, com acréscimo de um pavimento e uma terça parte de seu tamanho no sentido horizontal e nos fundos.

Durante as obras, a cobertura do edifício foi

totalmente recuperada, com substituição das telhas degradadas por telhas francesas de cerâmica. A parte central do telhado foi coberta por uma pirâmide de vidro, constituindo novo marco arquitetônico na Praça Sete. Todos os sistemas elétrico, hidráulico, de lógica, segurança e comunicações foram refeitos.

Os diversos ambientes do prédio foram restaurados, com destaque para os painéis, as esquadrias e os pisos em *parquet*, os relevos em gesso e as portas externas, originais de 1921, trabalhadas com apliques de latão.

| Serviços à sociedade

Maior do Estado, a UAI da Praça Sete, já está em pleno funcionamento, com capacidade para atender até cinco mil pessoas por dia. Entre os serviços oferecidos estão emissão da carteira de identidade, atestado de antecedentes criminais, extratos de multas de veículos, guias de arrecadação etc.



Wellington Pedro - Imprensa MG

Cultura como um Direito Fundamental

Maria Elisa Castellanos Solá*

Geralmente, quando as pessoas falam a palavra Cultura, elas estão se referindo ao cinema, teatro, literatura, pintura, escultura etc. Porém, Cultura não se restringe a apenas estes elementos, sendo bem mais abrangente. Entender este conceito é fundamental para compreender o Patrimônio Cultural, seja este material ou imaterial.

Em finais do século XIX, o inglês Edward Tylor criou o termo "*culture*", através da junção da palavra alemã *kultur*, que estava relacionada aos aspectos e realizações espirituais de um povo, e do vocábulo francês *civilization*, que seriam os feitos materiais. Dessa forma, em apenas o único termo "*culture*" foram englobadas todas as possibilidades de realização humana. Assim, Cultura pode ser entendida como sendo a soma dos comportamentos e saberes, das técnicas, dos conhecimentos, dos valores e dos gostos, das crenças e religiões, dos costumes, da moral e das leis, hábitos e estilos, relações econômicas, políticas e familiares, ou seja, as formas de ser, pensar e agir. A Cultura é um fenômeno social que é transmitido de uma geração à outra como uma memória coletiva. Ela é transmitida aos descendentes como uma herança, sendo um patrimônio que todos nós herdamos como membros de uma sociedade.

Dentro deste pensamento, a Constituição Brasileira apresenta um conceito objetivo do que seja Cultura:

Art. 216. Constitui patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto,

portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira, nos quais se incluem: I- as formas de expressão;

II- os modos de criar, fazer e viver; III- as criações científicas, artísticas e tecnológicas; IV- as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais; V- os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico.

A Antropologia tem como princípio que todos os povos possuem Cultura, e que nenhuma Cultura é superior a outra. Sendo assim, temos a valorização da diversidade cultural e da igualdade de direitos para as diferentes culturas.

Assim, conforme a **Declaração Universal da Diversidade Cultural** – ONU, de 2002 devem ter garantidas:

(i) as condições de criar e difundir suas expressões culturais; (ii) o direito à educação e à formação de qualidade que respeite sua identidade cultural; (iii) a possibilidade de participar da vida cultural de sua preferência e exercer e fruir suas próprias práticas culturais, desde que respeitados os limites dos direitos humanos.

*Arqueóloga da Gerência de Patrimônio Material do Iepha/MG.

Forro é restaurado e devolvido a Couto de Magalhães

Mais de 20 anos se passaram até que o forro decorativo da Capela Bom Senhor Jesus de Matozinhos, em Couto de Magalhães de Minas, voltasse a encantar os olhos e corações dos fiéis. A obra, desmontada em 1987, foi totalmente restaurada pelo Iepha no ano passado, reinstalada e entregue à população. A reinauguração foi marcada por grande festa e missa especial no último dia 4 de dezembro.

O forro, composto por 122 tábuas de cedro com pintura em policromia, representa a visão da coroação da Virgem pela Santíssima Trindade, emoldurada por querubins e anjos adultos. A trama decorativa inclui rochas, guirlandas de flores e outros temas ornamentais, como nuvens e palmas tropicais. De acordo com o laudo técnico produzido pelo Iepha, a pintura é um dos melhores exemplos mineiros de reinterpretação popular dos padrões eruditos de pintura perspectivista do estilo rococó.

A gerente de Elementos Artísticos do Iepha, Yukie Watanabe, explica que após ser desmontado em 1987, o forro permaneceu armazenado por muitos anos em local inadequado, o que acelerou o processo de deterioração das tábuas. Em 1998, o Instituto transportou toda a obra até seu ateliê, onde passou por imunização e foi armazenada adequadamente até que o órgão tivesse condições de restaurá-la.

Durante quase todo o ano de 2009, um mutirão de restauradores, técnicos e auxiliares de uma empresa contratada e do próprio Iepha se dedicou em tempo integral à recuperação do forro no ateliê. O trabalho também foi acompanhado por turmas de estudantes, como os do curso de restauração da UFMG, e por visitantes diversos. De acordo com a gerente de Elementos Artísticos, o conjunto estava muito danificado, principalmente por ataque de cupins. “As tábuas tinham perda de cerca de 50% da estrutura, então muitas delas tiveram que ser totalmente



recompostas. Felizmente, a policromia estava relativamente bem conservada, o que facilitou o restauro”, avalia Yukie. Durante o trabalho, uma surpresa: em uma peça da cimália foi encontrada uma assinatura gravada com ferro quente. Especialistas estão pesquisando, mas ainda não se sabe se a assinatura revelaria o autor da obra ou apenas o responsável pela montagem do forro.

Outro detalhe apontado por Yukie Watanabe foi a necessidade de algumas adequações para montagem do forro junto ao retábulo, uma vez que, por ter ficado muito tempo desmontado, o conjunto sofreu dilatação. Antes da reinstalação, foi feito um trabalho de imunização e avaliações em todo o entorno e interior da capela, que é datado do período entre os séculos XVIII e XIX.





Prevenção e fiscalização: caminhos para preservação



Alex Lanza - MPMG

O promotor Marcos Paulo de Souza Miranda é coordenador da Promotoria de Justiça de Defesa do Patrimônio Histórico, Cultural e Turístico do Estado de Minas Gerais, que ganhou o Prêmio Rodrigo Melo Franco Andrade 2009, na categoria Preservação de Bens Móveis e Imóveis, pelo Sistema de Recuperação de Peças Sacras.

Especialista em Direito Ambiental, doutorando em Ciências Jurídicas e Sociais, professor de Direito Processual Ambiental e de Direito do Patrimônio Cultural e autor do livro Tutela do Patrimônio Cultural Brasileiro, Marcos Paulo é defensor do patrimônio cultural brasileiro e, mesmo antes da criação de uma promotoria específica para o assunto, já vinha trabalhando em favor da preservação.

“É importante ressaltar que a partir do momento em que um determinado bem é individuado e reconhecido como integrante do patrimônio cultural brasileiro ele passa a ser regido por um regime jurídico especial que o diferencia dos demais bens. Independentemente de tratar-se de bem público ou privado, os bens culturais são considerados pela doutrina mais moderna como sendo bens de interesse público, em razão da relevância de sua preservação para a fruição das presentes e futuras gerações”, diz em seu livro.

Em entrevista ao Bem Informado, Marcos Paulo fala sobre os desafios da preservação de nosso rico patrimônio cultural e resalta o empenho dos promotores que atuam no interior do Estado.

Cada vez está mais claro que a preservação do patrimônio cultural exige trabalhos em parceria. Qual sua avaliação das ações desenvolvidas em Minas, levando-se em conta essa realidade?

O trabalho em parceria é indispensável para o sucesso das ações de preservação. Em Minas, temos presenciado um saudável estreitamento de laços entre os diversos órgãos responsáveis, objetivando alcançar maior efetividade e eficiência no enfrentamento dos desafios envolvendo os nossos bens culturais. A integração entre o Ministério Público Estadual, Iepha, Iphan, Corpo de Bombeiros, Crea, Arquivo Público Mineiro etc. tem rendido bons frutos.

O Ministério Público acaba de receber do Iphan o Prêmio Rodrigo de Melo Franco, pelo trabalho desenvolvido buscando a recuperação de bens culturais desaparecidos. Como o senhor avalia a política de recuperação desses bens? Quais os principais desafios para fortalecer ações no sentido de inibir atos desta natureza?

Esse é um dos nossos maiores desafios. Minas já perdeu cerca de 60% do seu patrimônio cultural sacro e há necessidade de se promover todos os esforços para o combate a esse tipo de criminalidade organizada, que envolve larápios, antiquários e colecionadores. Algumas medidas são prementes, tais como: a realização de inventário de todas as peças sacras existentes em nossas igrejas e museus; a instalação de sistemas de segurança, tais como alarmes e câmeras; e a criação de uma delegacia especializada nesse tipo de delito, para que haja rápida apuração e repressão à ação delituosa.

A Jornada Mineira do Patrimônio Cultural, promoção da Secretaria de Estado de Cultura e Iepha, que teve sua primeira edição em 2009, é uma demonstração da preocupação em envolver as comunidades na valorização e preservação do patrimônio cultural. Qual sua avaliação sobre a iniciativa?

Simplemente excelente. A participação da sociedade na gestão e promoção de seu patrimônio é um dos mais eficientes mecanismos de preservação. Quem conhece suas raízes e seus valores não consente com a sua destruição. Espero que a Jornada Mineira seja incorporada definitivamente ao calendário de ações anuais da Secretaria de Cultura e do Iepha.

Hoje Minas Gerais tem um volume superior a 3.500 bens culturais tombados. A descentralização e a corresponsabilidade, no que diz respeito à proteção do patrimônio, vêm sendo estimuladas por meio de políticas, como o ICMS Patrimônio Cultural. Quais seriam os desafios para incrementar essa descentralização e corresponsabilidade?

O instrumento de distribuição do ICMS Cultural é um dos maiores responsáveis pela proteção recorde de bens culturais em nosso Estado.

Isso é muito positivo. Mas, para além de tombar, inventariar, editar leis etc., é preciso a proteção efetiva, na prática. Os municípios precisam ter a consciência de que recursos oriundos do ICMS Cultural precisam ser investidos na preservação, conservação e restauração do patrimônio cultural local. Acredito que a instituição dos Fundos Municipais do Patrimônio Cultural e uma fiscalização eficiente do seu funcionamento e aplicação dos recursos do ICMS Patrimônio Cultural são medidas essenciais para um melhor funcionamento das políticas locais.

Qual seu diagnóstico sobre o atual panorama da preservação do patrimônio cultural em Minas Gerais?

Entendo que estamos passando por um momento importante, onde a preservação dos bens culturais tem ganhado maior espaço junto às autoridades públicas, à sociedade e à mídia. Mas ainda temos muito a evoluir. Um dos maiores desafios, atualmente, é a incorporação da vertente do patrimônio cultural no âmbito dos processos de licenciamento ambiental. A maior parte dos estudos ambientais não avaliam os impactos causados em sítios arqueológicos, grutas, monumentos e tradições locais. Por isso, não há a previsão de medidas mitigadoras ou compensatórias destinadas à preservação do patrimônio cultural, que sempre saí perdendo.

A Promotoria Estadual de Defesa do Patrimônio Cultural e Turístico de Minas Gerais é relativamente recente. Que balanço o senhor faz desde a sua criação?

Desde a criação da Promotoria, em setembro de 2005, passamos a ter uma atuação coordenada em todo o Estado e o tema patrimônio cultural ganhou visibilidade e conquistou maior atenção dos promotores de Justiça. Entre 2005 e 2009, o número de investigações do Ministério Público sobre o tema aumentou 829 %. É evidente que os problemas envolvendo o patrimônio cultural de Minas Gerais não aumentaram tanto. O que aumentou foi a capacidade do Ministério Público de detectar esses problemas e atuar positivamente para revertê-los. Há procedimentos investigatórios tramitando em todas as regiões do Estado e os colegas do interior têm tido uma atuação muito combativa e eficiente na área, adotando medidas principalmente preventivas e consensuais.



Acervo Iepha/MG



PEQUENOS OLHARES SOBRE O PATRIMÔNIO

| Escola Estadual Barão do Rio Branco

O detalhe está no frontão da Escola Estadual Barão do Rio Branco, mostrando as armas da cidade, do Estado e da República. O grupo, inaugurada em 1914, está localizado na Avenida Getúlio Vargas, 1.059, no bairro Funcionários, em Belo Horizonte.

Sede do primeiro grupo escolar da Nova Capital, a Barão do Rio Branco foi construída entre 1911 e 1913. Típica construção dos grupos escolares do início do século XX, a edificação, assinada por Jayme Salse, possui características do ecletismo.

Até hoje a escola, tombada pelo Iepha, em 1988, mantém grande parte de suas características arquitetônicas originais, embora tenha recebido ao longo dos anos reformas e acréscimos.



BLOCO DE NOTAS

| Restaurada

Está na reta final a restauração da imagem de Nossa Senhora da Conceição, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Itanhandu (foto). A peça, de 70 cm de altura, apresentava forte perda de policromia e áreas com camada de repintura e de carbonização, provavelmente por proximidade a velas. A imagem deve ser devolvida em fevereiro.



Crédito

| Documentação do ICMS chega ao Iepha

Terminou no último dia 15 o prazo para que as prefeituras encaminhassem ao Iepha a documentação exigida para que tenham direito a pontuar no ICMS Patrimônio Cultural – exercício 2011. Agora os técnicos da Diretoria de Promoção farão a análise dos documentos e, no dia 20 de junho, a tabela com as notas provisórias será divulgada. Os municípios que discordarem dos pontos obtidos terão um prazo de dez dias para recorrer. A pontuação final será divulgada em 20 de julho.

| Biblioteca da GDI recebe doação

O Iepha recebeu uma doação da Casa Amarela Imóveis, para incrementar o acervo da biblioteca da Gerência de Documentação e Informação. São documentos referentes à Casa da Família Pimenta, imóvel localizado na Av. Afonso Pena, 2158, que possui tombamento municipal. São cópias reduzidas das plantas originais, desenhos dos detalhes internos, cópias de fotografias da fachada e da família e textos sobre a história da família e do imóvel.

O engenheiro e arquiteto responsável pelo projeto foi Ildeu Oliveira Aguiar, que, na época, também assinou o projeto e a construção da Igreja Nossa Senhora do Carmo, do Colégio Santa Dorotéia e do Colégio Sagrado Coração de Maria.

Informações sobre doação de material ou consulta ao acervo podem ser obtidas pelo faleconosco@iepha.mg.gov.br.

Ateliê do Iepha a todo vapor



⚡ Senhor dos Passos, de Campanha



⚡ Senhor Bom Jesus, de Córrego do Bom Jesus

O ano de 2010 começa com muito trabalho no ateliê da Gerência de Elementos Artísticos (GEA) do Iepha. Dentro do Programa de Restauração de Acervos, que visa resguardar peças que possuem relevância para as comunidades às quais pertencem, dez imagens sacras estão sendo restauradas.

As peças sacras, de nove municípios mineiros, foram selecionadas pela Diretoria de Conservação e Restauração em uma iniciativa de seu diretor, Renato César de Souza. A ACERVO Ateliê de Conservação e Restauração Ltda foi contratada para realizar os trabalhos que serão acompanhados pela equipe da GEA. Segundo Yukie Watanabe, gerente de Elementos Artísticos, a escolha das imagens levou em conta solicitações anteriores feitas pelas comunidades ao Iepha. "Outras imagens foram identificadas por nossos técnicos durante viagens de vistoria e outras são tombadas em nível federal e estadual", informa.

Além da preservação material, o Iepha pretende também incentivar e mobilizar as comunidades para um engajamento na conservação de seus acervos e preservação de todas as informações possíveis sobre o bem.

As imagens são de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário, da Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição, de Berilo; Senhor dos Passos, da Catedral de Santo Antônio, de Campanha; São José de Botas, da Paróquia Senhor Bom Jesus, de Campo Belo; Senhor Bom Jesus, do Santuário de Bom Jesus, de Córrego do Bom Jesus; Santana Mestra, da Igreja de Bom Jesus de Matozinhos, de Couto de Magalhães de Minas; Nossa Senhora do Rosário, da Igreja Matriz de São Bento, de Itapeçerica; São Pedro, da Igreja Matriz de São Francisco, de Minas Novas; Nossa Senhora do Rosário, da Capela de Nossa Senhora do Rosário, de Piranga; e Senhor dos Passos, da Igreja Nosso Senhor dos Passos, de Santos Dumont.

| Ateliê Vitrine

Durante todo o processo de restauro, que deve durar cerca de sete meses, os interessados em conhecer mais sobre o minucioso trabalho de restauração podem vê-lo de perto no ateliê de restauração do Iepha. As visitas serão feitas em grupos de até dez pessoas, sempre às sextas-feiras, começando às 10h, e devem ser agendadas previamente pelo email faleconosco@iepha.mg.gov.br. O agendamento é necessário para não prejudicar o andamento do trabalho.



⚡ Nossa Senhora do Rosário, de Piranga



⚡ São José de Botas, de Campo Belo

Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa-Sede da Fazenda Pé-do-Morro

Vera Chacham*

A Fazenda Pé-do-Morro está localizada a quatro quilômetros da área urbana de Ouro Branco, às margens da rodovia MG129, antiga Estrada Real, e aos pés da Serra de Ouro Branco. Ali se encontra o bem cultural que denominamos Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa-Sede da Fazenda Pé-do-Morro, composto pela casa-sede, pela Capela de Santana e por parte da área alcançada pelas intervenções paisagísticas dos arquitetos Éolo Maia e Jô Vasconcellos, no fim da década de 1970.

A edificação que atualmente corresponde à casa-sede da fazenda foi construída no século XVIII com paredes em pedra cortada. Na época, a fazenda não possuía ainda a parte feita em pau-a-pique, acrescentada somente no século XIX. Já no que diz respeito às ruínas — a partir das quais o arquiteto Éolo Maia construiu a capela de Santana —, não existem indícios que comprovem a época de sua construção ou sua aparência anterior à intervenção realizada durante o fim da década de 1970.

O Conjunto Arquitetônico e Paisagístico da Capela de Santana e da Casa-Sede da Fazenda Pé-do-Morro teve seu tombamento provisório aprovado em reunião do Conselho Curador em 14/08/2002 — uma iniciativa inovadora, à medida que se trata de um bem cultural que conjuga elementos históricos e contemporâneos. As motivações para o reconhecimento deste conjunto como patrimônio cultural de Minas Gerais tornam-se, contudo, evidentes à medida que adentramos, e nos encontramos inseridos, na fazenda e, sobretudo, na Capela de Santana, obra-prima de Éolo Maia.

A área da Fazenda Pé-do-Morro foi adquirida em 1738, pelo tenente Domingos de Aguiar, que requereu à Corte uma sesmaria no local. A Fazenda, produtora de vários gêneros agrícolas, era também um dos pontos de parada do chamado Caminho Novo. No século XIX, a Pé-do-Morro está associada à trajetória de uma família tradicional, os Mata Machado. Em 1926, foi vendida a João Viana, que a vendeu para Augusto Pereira da Silva, que por sua vez a vendeu, em 1943, à Usina Queiroz Júnior. Quando foi adquirida pela Açominas na década de 1970, a fazenda encontrava-se praticamente arruinada.

A restauração da casa-sede tinha como fim transformá-la em casa de hóspedes da Siderúrgica Açominas. Em 1977, se iniciaram as obras para a restauração da casa-sede e a construção da capela. A intervenção foi pautada pelo respeito às construções mais antigas e seu caráter bem-sucedido também pode ser associado, como foi apontado no Dossiê de Tombamento, ao fato de que “o tipo de implantação adotada desde os primórdios, típico das fazendas mineiras, com edifícios isolados e dispostos ao redor da construção principal (...) favorece a paisagem”, e é a paisagem — tanto aquela construída pelo homem (os jardins) quanto a própria serra de Ouro Branco — que possibilita o encontro harmônico entre casa-sede e capela.

A Capela de Santana “foi concebida privilegiando uma ruína existente — três remanescentes de paredes em pedra — que passou a abrigar o altar-mor” (Fonte: Dossiê de Tombamento. Análise Paisagística e Arquitetônica). Tais ruínas, cogitadas inicialmente pela empresa para a construção de uma “capela em estilo colonial”, tornaram-se o elemento fundamental da edificação em estilo contemporâneo realizada por Éolo Maia. A estratégia “de criar um invólucro formal e construtivamente simples, à semelhança de um galpão, permitiu” que as ruínas se mantivessem como o elemento mais importante do espaço”, o que demonstra “uma atitude respeitosa em relação ao monumento histórico e à natureza do sítio, procurando não apenas assegurar a integridade das ruínas, mas também não se sobrepor hierarquicamente a elas.” Esta atitude de respeito às ruínas, protegidas, mas não absorvidas pelo ambiente da capela, e a própria simplicidade da construção, conjugadas ao “olhar” presente dos elementos contemporâneos da capela, tornam possível e acessível uma narrativa para a memória da fazenda, da cidade, de Minas Gerais. Pode-se dizer, assim, que o valor deste conjunto arquitetônico e paisagístico encontra-se também no fato deste consistir em uma proposta bem-sucedida de interação e troca entre presente e passado, que aponta novas possibilidades para a própria reflexão sobre o patrimônio e sua proteção. (Leia sobre a Serra de Ouro Branco na pág. 11)

*Diretora de Proteção e Memória do Iepha/MG



Concepção da Capela de Santana
privilegia ruínas

Serra de Ouro Branco



Glauco Umbelino - <http://pt.wikipedia.org>

A Serra de Ouro Branco, localizada na cidade do mesmo nome, a 116 quilômetros de Belo Horizonte, ocupa uma área de aproximadamente 1.614 hectares e é considerada uma das mais lindas de Minas.

Conforme relato do explorador científico, Orville Derby, o nome Ouro Branco se deve a um mineral de coloração branca, encontrado na serra, chamado pratina.

Considerada o marco zero da cadeia do Espinhaço, a serra é resultado de uma falha geológica, e é formada por exuberantes paredões rochosos com mais de 1.500 metros de altitude, que se prolongam de Oeste para Leste por mais de 20 quilômetros.

O topo da Serra de Ouro Branco é um planalto onde se encontra um raro bioma de campo rupestre, com uma biodiversidade ainda pouco conhecida, mas preservada.

Importante área de recarga das bacias dos Rios Paraopeba e Rio Doce, a Serra de Ouro Branco apresenta uma quantidade expressiva de

nascentes e cursos d'água que, em sua maioria, formam o Lago Soledade, emoldurado pela Mata Atlântica.

No século XVIII era também conhecida como Serra do Deus-te-livre, em razão dos saques realizados por escravos fugitivos aos viajantes da Estrada Real, e às muitas dificuldades de travessia. O maciço guarda sítios arqueológicos do caminho velho e do novo da Estrada Real, além de fazendas centenárias e diversos casarios da época.

Do alto da serra, os visitantes podem ter ideia de seus limites e ainda uma bela vista da cidade de Ouro Branco, que é mais antiga do que a vizinha Ouro Preto, distante 26 quilômetros.

A Serra de Ouro Branco encontra-se sobre proteção estadual por meio do decreto de tombamento nº19530, de 07 de novembro de 1978. Toda a região é considerada um bem de interesse social, cultural, histórico e paisagístico para Minas Gerais.

São Sebastião

Sebastião deriva do grego sebastós, que significa divino, venerável que seguia a beatitude da cidade suprema e da glória altíssima

Nascido em 256 d.C., em Narbonne, na França, mudou-se para Milão, Itália, com a família, onde foi educado sob os princípios do cristianismo. Segundo os Actos Apócrifos, atribuídos a Santo Ambrósio de Milão, Sebastião entrou para as fileiras do exército romano em 283 d.C.. Devido a seu porte, inteligência, comportamento e determinação, despertou grande apreço e afeição dos imperadores Dioclesiano e Maximiliano. Em pouco tempo, foi promovido a oficial predileto e comandante da guarda pessoal do imperador, a Guarda Pretoriana.

Durante o ano de 286 d.C., São Sebastião começou a demonstrar a sua devoção às normas de conduta cristã, fazendo visitas frequentes a cristãos que se encontravam presos para serem levados ao Coliseu, onde seriam devorados por leões ou mortos pelos gladiadores. Com palavras de consolo e ânimo — fazendo-os acreditar na salvação eterna, segundo os princípios do cristianismo —, Sebastião ajudava os prisioneiros a enfrentar o martírio que os aguardava. Por causa disso, seus companheiros da Guarda Pretoriana o denunciaram ao Imperador Dioclesiano como benfeitor e protetor dos cristãos.

O imperador foi tolerante como seu oficial predileto, e tentou convencê-lo a renunciar ao cristianismo. Porém, Sebastião se manteve convicto em sua fé e foi condenado à morte, sem direito a apelação da sentença. Sua sentença foi a execução por meio de flechas, que se tornaram um dos atributos e símbolo de sua iconografia.

Após a execução, os arqueiros constataram a morte de Sebastião e seu corpo foi largado na periferia da cidade. À noite, algumas mulheres — lideradas por Santa Irene ou Santa Iria de Tessalônia, que foi perseguida e morta em 304 d.C., pelo sanguinário imperador Dioclesiano — foram ao lugar da execução para pegar o corpo e dar sepultura a Sebastião. Elas o encontraram ainda vivo e cuidaram de suas feridas.

Restabelecido, Sebastião voltou a pregar a doutrina cristã, entre os povos e os soldados romanos, sem se preocupar com Dioclesiano. Mais tarde resolveu voltar à presença Imperador para solicitar que o governo romano deixasse de perseguir os cristãos. Dioclesiano ignorou o pedido de seu ex-oficial ordenou sua prisão. Sebastião foi espancado até a morte e seu corpo foi jogado nos esgotos de Roma, para que não fosse venerado como mártir pelos cristãos. Sebastião não teria morrido por esta tortura, e sim transpassado por uma lança em 286 d.C.. Uma mulher chamada Luciana, mais tarde canonizada, sepultou-o nas catacumbas de Roma.

Decorridos 400 anos de sua morte, o Imperador Constantino que se converteu ao cristianismo, construiu uma basílica para abrigar os restos mortais de Sebastião, onde se encontram até os dias atuais. No período de seu governo, Roma estava sendo assolada por uma terrível peste. Conta-se que a epidemia simplesmente desapareceu a partir do traslado das relíquias de São Sebastião, para a cidade de Roma, onde passou a ser

venerado como santo padroeiro contra os quatro cavaleiros do apocalipse.

São Sebastião vem sendo representado de formas diferentes ao longo do tempo. No período gótico, aparecia vestido com armadura de malha metálica e o rosto imberbe. Já no renascimento, São Sebastião era retratado com sua farda militar romana. A partir do século XV, os artistas criaram a sua representação mais tradicional e conhecida: jovem, atado a um tronco de árvore com seu corpo transpassado por flechas.

São Sebastião é um dos santos mais populares do Brasil. Quando Estácio de Sá fundou o Rio de Janeiro, São Sebastião foi escolhido padroeiro do município. Reza a lenda que, na decisiva batalha em que os portugueses tentavam expulsar os franceses do Rio de Janeiro, o santo surgiu empunhando uma espada no pelotão composto por portugueses, mamelucos e índios, lutando e expulsando os franceses e calvinistas.

A batalha final ocorreu em 20 de janeiro, data em que, até hoje, é comemorado o dia de São Sebastião do Rio de Janeiro.



Foto: Acervo Iepha - Imagem da Igreja MSJ Batista - Terra Branca distrito de Bocaíuva